



(P)

Republica de Cabo Verde

**Discurso de Sua Excelência Sr. Fernando Wahnnon Ferreira
Representante Permanente da Republica de Cabo Verde
junto da ONU**

69ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas

Nova Iorque, 30 de Setembro de 2014

SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

SENHOR SECRETÁRIO GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

EXCELÊNCIAS

ILUSTRES DELEGADOS

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

É com particular satisfação que participamos nesta sessão da Assembleia Geral sob a sua esclarecida presidência. A minha delegação junta-se às delegações que a precederam para o felicitar pela sua eleição, a qual constitui, simultaneamente, uma homenagem ao país irmão que é o Uganda e o reconhecimento das suas qualidades pessoais e profissionais enquanto diplomata experimentado. Desejamos-lhe sucessos no desempenho do seu mandato e asseguramos-lhe, Sr. Presidente, toda a disponibilidade e cooperação da delegação de Cabo Verde.

Ao seu antecessor, o Presidente da 68ª Sessão da Assembleia Geral, S.E. O Embaixador, John Ashe, não podemos deixar de manifestar o nosso reconhecimento e apreço pela forma dedicada, dinâmica e competente com que soube conduzir os trabalhos da sessão precedente.

Gostaríamos ainda de, em nome do Governo caboverdiano, aproveitar esta oportunidade para felicitar e saudar os esforços empreendidos pelo Secretário-geral das Nações Unidas, S.E. Ban Ki moon, na busca da paz e de soluções globais para os desafios que, neste momento, nos interpelam e

exigem a expressão de uma vontade política comum na busca de soluções globais.

SENHOR PRESIDENTE

Enquanto pequeno Estado insular, Cabo Verde está particularmente grato ao Secretário Geral da nossa Organização, bem como à Comunidade Internacional, pela realização e pelos sucessos alcançados na III Conferência das Nações Unidas sobre os Pequenos Estados Insulares realizada em Samoa. Felicitamos ainda o Secretário Geral Ban Ki moon pela iniciativa que teve ao convocar a Cimeira sobre o Clima, porquanto a questão das mudanças climáticas, ganha particular relevância para os Estados insulares devido às suas vulnerabilidades específicas. Para estes, encontrar soluções aos impactos adversos advenientes da mudança do clima, não constitui apenas uma opção, mas sim, uma questão de sobrevivência e de integridade territorial, pelo que a mobilização de vontade política e da cooperação internacional, tornam-se, nesta matéria, elementos imprescindíveis.

Os engagements recentemente acordados em SAMOA, apontam caminhos e modalidades de acção, cuja efectiva implementação tornarão estes Estados mais resilientes e melhores apetrechados para lidarem com as consequências das mudanças climáticas.

Cabo Verde regozija-se com a adopção de medidas urgentes para fazer face às mudanças climáticas como um dos objectivos para o desenvolvimento sustentável. A realização deste objectivo passa pela adopção de estratégias e políticas conducentes à criação de resiliências do Planeta Terra, bem como pelo reforço dos meios de implementação.

Dados recentemente divulgados no Quinto Relatório do Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas chamam a atenção para cenários alarmantes, tributários do persistente aumento do aquecimento global, colocando os países mais vulneráveis, em situações que podem fazer perigar o seu desenvolvimento. De realçar, de entre outras consequências, o aumento dos ciclones tropicais, a seca e a desertificação, o aumento do nível do mar, a acidificação dos oceanos, a perda da biodiversidade, a fraca produção agrícola e a insegurança alimentar.

Para o Governo de Cabo Verde importa assegurar que as negociações a serem encetadas em Dezembro próximo em Lima, possam traduzir-se num avanço significativo no que tange ao conteúdo do novo acordo a ser assinado em Paris, em Dezembro de 2015.

A consciencialização da necessidade da redução dos níveis de aquecimento global e do fomento de economias de baixo carbono devem igualmente ser tidas em consideração. Defendemos a redução do aquecimento global abaixo de 1.5 graus celsius, o que além de ser economicamente viável, constitui um requisito básico para o desenvolvimento sustentável global.

Queremos ainda acreditar, que a convergência de interesses respeitará o princípio básico de responsabilidades comuns mas, porém, diferenciadas e considerará um mecanismo de compensação para a efectiva e completa implementação do Pacto de Varsóvia sobre Perdas e Danos.

Estamos convictos de que, se nada for feito, as consequências ligadas às mudanças climáticas afectar-nos-ão a todos e todos pagaremos pela nossa inacção. Como o Secretário Geral das Nações Unidas gosta de referir “estamos todos no mesmo barco”.

SENHOR PRESIDENTE

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

A cooperação internacional tanto no domínio das mudanças climáticas, bem como em outros domínios, revela-se de capital importância. A sua eficácia requer uma abordagem mais coerente e pragmática, quer dos sistemas nacionais quer das estruturas internacionais, sendo certo que o financiamento do desenvolvimento dos países, deve estar assente em critérios subjacentes às suas reais necessidades e vulnerabilidades.

Esperamos que directivas e compromissos claros, a serem acordados no âmbito da próxima Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento, que se realizará em Adis Abeba, em Julho de 2015, possam indicar vias para realizar o inacabado OMD8 e garantir a redefinição de critérios para a alocação de recursos financeiros para o desenvolvimento, tendo em consideração os princípios adoptados em Paris e reafirmados em Busan.

Para Cabo Verde, país recém graduado à categoria de país de rendimento médio, embora baixo, importa desenhar mecanismos inovadores que se traduzam numa maior coerência do financiamento do desenvolvimento e possam apoiar a sua sustentabilidade económica.

SENHOR PRESIDENTE

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

A sessão prévia da Assembleia Geral das Nações Unidas, foi convocada sob o lema "preparar o cenário para a formatação da Agenda de Desenvolvimento pos-2015", e para a presente sessão, o tema escolhido foi "Alcançar e implementar um Programa Transformador do Desenvolvimento pós 2015". Somos pois interpelados a dar o passo seguinte, ou seja, a trabalhar na adopção de uma agenda centrada nas pessoas e que vise a erradicação da pobreza extrema e a redução das desigualdades entre as nações.

Esta interpelação é nos feita num contexto internacional complexo e difícil. Segundo o nosso entendimento, ela só será realizável se houver solidariedade e uma conjugação de esforços da comunidade internacional na promoção do desenvolvimento sustentável.

Os resultados obtidos no quadro do Grupo de Trabalho sobre os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável, realizados durante a Assembleia Geral precedente, apontam possíveis acções e opções para uma agenda Pós-2015, realmente transformadora.

Em relação a Cabo Verde, importará considerar que o País está em vias de poder atingir quase todos os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Para nós, a Agenda pós-2015 deverá conter os ensinamentos e avaliações dos OMD e de outros objectivos internacionalmente acordados, sendo que as metas para 2030 deverão permitir o acelerar do processo de desenvolvimento.

SENHOR PRESIDENTE
ILUSTRES DELEGADOS

Gostaríamos ainda de fazer uma breve referência à realização no passado dia 22 de Setembro, da 29ª sessão especial da Assembleia Geral para o

seguimento do Programa de Acção da Conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento.

O ensinamento que podemos reter desse importante evento é que a Agenda pós-2015 deve colocar as pessoas no centro dos objectivos e metas a serem acordadas, o que significa igualmente o respeito escrupuloso pelos Direitos Humanos. Por outro lado, o bem comum, o progresso e o bem-estar de todos os cidadãos, devem ser metas a serem prosseguidas por todos os governos na formulação e aplicação de seus programas e políticas de desenvolvimento.

Garantir a igualdade e a equidade do género além de constituir uma questão de justiça social, revela também ser uma escolha inteligente, pois nenhum país pode pretender desenvolver-se e atingir a paz e coesão social, deixando de fora uma parcela significativa da sua população que é a sua população feminina.

A violência baseada no género, constitui um fenómeno inaceitável nas sociedades. O Governo de Cabo Verde está empenhado em alterar significativa e positivamente a realidade existente no nosso país, embora esteja consciente de que ainda há muito a fazer nesta matéria.

SENHOR PRESIDENTE

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

As questões ligadas à segurança internacional e as ameaças à paz que estas representam, constituem motivo de particular preocupação. O recente despontar de novas acções terroristas constituem uma efectiva e perigosa ameaça à integridade territorial dos Estados e à estabilidade de regiões inteiras. A violação sistemática e em massa dos direitos humanos e a

barbárie que as têm acompanhado, são de todo inaceitáveis. A Comunidade Internacional não pode aceitar que sejam colocados em causa os seus valores humanistas e civilizacionais, que são igualmente defendidos e promovidos pela Organização das Nações Unidas.

Nessa base, o Governo de Cabo Verde condena firmemente o terrorismo sob todas as suas formas e julga ser urgente e inadiável que a Comunidade Internacional tome medidas adequadas para sustar a tentativa de criação do caos, assim como do sofrimento imposto às populações inocentes. Preocupam-nos particularmente os recentes desenvolvimentos ocorridos no Médio Oriente e em Africa.

Acreditamos que os Estados têm o dever moral e a obrigação colectiva de lutar contra a subversão dos princípios universais da paz, da tolerância e do respeito pela diferença e acreditamos que as Nações Unidas têm um papel relevante a desempenhar no que se refere ao respeito dos princípios contidos na sua Carta constitutiva, bem como na declaração universal dos direitos do homem.

Sr. Presidente

Cabo Verde é um país amante da paz que privilegia o diálogo e a via pacífica para a resolução de conflitos, acreditamos e defendemos os princípios contidos na Carta das Nações Unidas, bem como, o respeito pelas normas do direito internacional, o respeito dos direitos humanos e a promoção da dignidade humana.

Consequentemente, entendemos que nenhum Estado ou Organização poderá substituir a Organização das Nações Unidas no seu papel fundamental de manter a paz e a segurança global, pelo que qualquer uso

da força só pode ser tolerado quando exercido no quadro dos princípios estatuídos na Carta das Nações Unidas.

Sr. Presidente

Cabo Verde, entende que urge encontrar uma solução, para o conflito israelo-palestiniano e considera não haver justificação para a morte de milhares de inocentes, para o sofrimento injustificado de uma população, para a desolação e para a destruição de infra-estruturas na faixa de Gaza. Pugnamos pois, pelo início de negociações entre as Partes que possam conduzir a uma paz duradoura e que permitam que ambos os Estados, Israel e Palestina, possam viver lado a lado em segurança.

Do mesmo modo, julgamos importante encontrar uma via negociada que ponha termo ao conflito na Síria e permita a abertura de corredores humanitários.

Preocupam-nos os conflitos que subsistem no nosso continente, tais como a situação na Líbia, na República Centro Africana, na região dos Grandes Lagos ou ainda as acções de grupos terroristas, nomeadamente, na Somália, no Mali e na Nigéria. Apoiamos e colocamo-nos ao lado da União Africana na busca de soluções para estes problemas que afectam a paz e a segurança destes países irmãos e do continente em geral.

No contexto africano, queríamos ainda saudar os progressos alcançados pela República da Guiné Bissau, no regresso à via constitucional e no restabelecimento da democracia. Desejamos os maiores sucessos a este país irmão no caminho da paz e do desenvolvimento.

SENHOR PRESIDENTE

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

Na sub-região oeste africana a questão da segurança em geral e da segurança marítima em particular, preocupa as autoridades cabo-verdianas. A localização do país na confluência das rotas entre os Continentes Africano, Europeu e Americano colocam o país numa situação de vulnerabilidade em virtude dessas mesmas rotas serem utilizadas pelo crime transnacional organizado, da qual resulta uma ameaça directa à estabilidade dos Estados e das suas democracias.

Cabo Verde tem procurado, em associação com outros Estados e organizações do sistema das Nações Unidas, combater as actividades ilegais de que esta zona da região Oeste africana tem sido vítima, tais como, o tráfico de drogas, de armas e de seres humanos, a pirataria marítima, o terrorismo e a pesca ilegal. Tratando-se de fenómenos de carácter transnacional, entendemos que nenhum país da sub-região está em condições de os poder combater de forma eficaz sem um aumento da cooperação internacional e a congregação de esforços, de meios e de estratégias para as quais gostaríamos de poder contar com um apoio da Comunidade Internacional mais consistente.

**SENHOR PRESIDENTE
ILUSTRES DELEGADOS**

A actual epidemia de Ébola que se verifica na Africa Ocidental foi, a justo título, considerada uma ameaça à segurança internacional pelo Conselho de Segurança. A situação que se vive nos três países mais tocados pela epidemia, interpela-nos a uma acção coordenada e concertada de ajuda de toda a Comunidade Internacional, visando uma maior eficácia no salvamento de vidas e evitando o alastramento da doença a países vizinhos, ao resto de Africa e do Mundo.

O nosso país, saúda e apoia os esforços de todas as nações e organizações envolvidas nesta luta, tendo apreciado particularmente as iniciativas do Secretário-geral das Nações Unidas nesta matéria. O agendamento desta questão no Conselho de Segurança, a aprovação da resolução 2177 por consenso e o debate que se seguiu, constituem a expressão inequívoca do entendimento da Comunidade Internacional na prioridade dada à luta para debelar e controlar esta epidemia de consequências catastróficas para os países irmãos afectados e em especial para as Repúblicas da Guiné, Serra Leoa e Libéria com as quais Cabo Verde se identifica e solidariza.

MUITO OBRIGADO pela vossa atenção